

O PLANO DE MELHORAMENTOS PARA AS ÁREAS VERDES E DE RECREAÇÃO DE SÃO PAULO (1969): Patrimônio paulistano e referência para o planejamento urbano e paisagístico nacional.

PLAN FOR IMPROVEMENT TO GREEN AND RECREATIONAL AREAS IN SÃO PAULO (1969): HERITAGE FROM SÃO PAULO TO A NATIONAL REFERENCE FOR URBAN AND LANDSCAPE PLANNING.

PLAN DE MEJORA DE LAS ZONAS VERDES Y RECREATIVAS DE SÃO PAULO (1969): PATRIMONIO PAULISTANO Y REFERENCIA PARA LA PLANIFICACIÓN URBANA Y PAISAJÍSTICA NACIONAL

MATHEUS DE VASCONCELOS CASIMIRO

Professor Doutor, FAU-MACK, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.
matheus.casimiro@mackenzie.br



ANA GABRIELA GODINHO LIMA

Professora Doutora, FAU-MACK, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.
anagabriela.lima@mackenzie.br



CRediT	
Contribuição de autoria -	CASIMIRO, Matheus de V.: Foi responsável pelas seguintes etapas do trabalho: Concepção, Coleta de Dados, Análise, Redação do Rascunho Original. LIMA, Ana Gabriela G. L.: Foi responsável pelas seguintes etapas de trabalho: Supervisão, Validação, Visualização, Redação da revisão e da edição.
Conflitos de Interesse -	Os autores certifi cam que não há conflito de interesses.
Financiamento -	Universidade Presbiteriana Mackenzie, apoio de honorários de pesquisadores; University of East London, apoio de Honorários e Suporte de Viagem Internacional; Ministérios das Mulheres, apoio a projeto de pesquisa vinculado à rede do projeto "Against Utility [A+U]: Co-producing Resilience: Gender, Place and Policy" .
Aprovação de ética -	Os autores certifi cam que não houve necessidade de aprovação de Comitê de Ética.
Uso de I.A -	para as seguintes finalidades: revisão ortográfica e gramatical, adequação às normas ABNT, organização de referências, entre outras. As atividades mencionadas foram realizadas com o auxílio da seguinte plataforma: Chat GPT e Notebook LM. Os autores declaram que todo o conteúdo foi revisado criticamente e validado, assumindo integral responsabilidade pelo texto final apresentado.
Editores responsáveis -	Luciana Saboia F. Cruz (Editora); Marcos Cereto (Editor); Patrícia Pereira Martins (Editora); Suelen Camerin (Editora); Marcela Chagas (Assistente Editorial); Luiza Ceruti (Assistente Editorial); Paola De Luca (Assistente Editorial).

RESUMO

O artigo analisa a proposta do *Plano de Melhoramentos para as Áreas Verdes e de Recreação*, elaborado para a municipalidade de São Paulo entre 1967 e 1969, liderada por Rosa Grena Kliass e Miranda Martinelli Magnoli. Trata-se da primeira iniciativa de planejamento sistêmico das áreas verdes da capital paulista, cujo modelo de hierarquias e organização perdurou até o início do século XXI. Propõe-se compreender a importância histórica desse plano, examinando suas características para avaliar a relevância de suas soluções na época e sua pertinência contemporânea, especialmente diante da crescente

ênfase nos aspectos ecológicos no planejamento urbano. Por meio de análise textual e projetual dos materiais originais, investiga-se o papel das áreas verdes em três dimensões principais: recreação pública, preservação ambiental e instrumento de planejamento territorial. O estudo evidencia como essa proposta histórica dialoga com debates atuais acerca do lazer público e da preservação ambiental, destacando a relevância contínua das áreas verdes no contexto urbano paulistano e reforçando a pertinência de seus conceitos e métodos para o planejamento urbano e paisagístico contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: sistema de áreas verdes; planejamento urbano; recreação pública; preservação ambiental.

ABSTRACT

The article analyzes the proposal of the “Plan for Improvements to Green and Recreational Areas”, developed for the municipality of São Paulo between 1967 and 1969, led by Rosa Grena Kliass and Miranda Martinelli Magnoli. This was the first systemic initiative to plan the city’s green areas, whose model of hierarchies and organization lasted until the early twenty-first century. The study aims to understand the historical importance of this plan, examining its characteristics to assess the relevance of its solutions at the time and their contemporary significance, especially given the growing emphasis on ecological aspects in urban planning. Through textual and design analysis of the original materials, the research investigates the role of green areas in three main dimensions: public recreation, environmental preservation, and territorial planning. The study demonstrates how this historical proposal resonates with contemporary public leisure and environmental debates, highlighting the enduring relevance of green areas in São Paulo’s urban context and reaffirming the continued applicability of their concepts and methods to contemporary urban and landscape planning.

KEYWORDS: green areas system; urban planning; public recreation; environmental preservation.

RESUMEN

El artículo analiza la propuesta del Plan de Mejoras para las Áreas Verdes y de Recreación, desarrollado para la municipalidad de São Paulo entre 1967 y 1969, liderado por Rosa Grena Kliass y Miranda Martinelli Magnoli. Se trata de la primera iniciativa sistémica de planificación de las áreas verdes de la ciudad, cuyo modelo de jerarquías y organización se mantuvo hasta principios del siglo XXI. El estudio busca comprender la importancia histórica de este plan, examinando sus características para evaluar la relevancia de sus soluciones en aquel momento y su pertinencia contemporánea, especialmente ante la creciente atención a los aspectos ecológicos en la planificación urbana. A través del análisis textual y proyectual de los materiales originales, la investigación examina el papel de las áreas verdes en tres dimensiones principales: recreación pública, preservación ambiental y planificación territorial. El estudio evidencia cómo esta propuesta histórica dialoga con los debates de recreación pública y preservación ambiental contemporáneos, destacando la vigencia de las áreas verdes en el contexto urbano de São Paulo y reafirmando la actualidad de sus conceptos y métodos para la planificación urbana y paisajística.

PALABRAS CLAVES: sistemas de espacios verdes; planificación urbana; recreación pública; preservación del medio ambiente.

INTRODUÇÃO

O Plano de Melhoramentos para as Áreas Verdes e de Recreação foi a primeira iniciativa de planejamento específico para as áreas verdes no município de São Paulo. Sua produção foi liderada pelas arquitetas paisagistas Rosa Grena Kliass e Miranda Martinelli Magnoli, contando ainda com a colaboração das arquitetas, Edith Gonçalves de Oliveira (especialista das áreas de estrutura e instalações) e Maria Maddalena Ré (especialista em planejamento ambiental), o auxílio na produção dos desenhos dos arquitetos Abrahão Sanovics e Júlio Roberto Katinsky. Ainda colaboraram com o projeto o artista plástico Bramanti Buffoni na produção do material de comunicação visual e a empresa CEMACO na condução da pesquisa sociológica. Inicialmente, as arquitetas líderes foram chamadas pela prefeitura na gestão do José Vicente Faria Lima (1965-1969) para a produção de projetos para praças públicas. Mas, não havendo bases técnicas e informações sobre os terrenos a serem qualificados, foi solicitada a realização de um levantamento mais amplo, para dar subsídios técnicos à produção dos projetos paisagísticos mais específicos.

O contrato do plano foi assinado em 1967, sendo finalizado em 1969 a partir da entrega de um relatório e de pranchas técnicas. Como resultado, foram levantados mais de 3.260 espaços livres dentro do perímetro da capital, no total de 26,7 km² de áreas verdes, sendo que apenas 210 espaços, ou seja 6% do total, tinham algum tipo de qualificação por meio de equipamentos de lazer ou projetos paisagísticos. Além desse levantamento amplo, a equipe também entregou o projeto executivo de 45 praças públicas¹ e 04 avenidas. Assim que concluído, o trabalho foi premiado e alguns de seus produtos foram publicados em periódicos específicos da área de arquitetura e urbanismo², embora haja atualmente pouco conhecimento acerca das pranchas técnicas formuladas. Assim que foi finalizado, o plano de 1969 foi arquivado internamente na prefeitura, podendo ser encontrado atualmente no arquivo físico do “Departamento de Implantação de Projetos e Obras” da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, e digitalmente acessível em pesquisas acadêmicas já publicadas (Casimiro, 2022).

Além de ser um material inédito no planejamento municipal paulistano e produzido por arquitetas hoje consagradas, a importância desse plano está na qualidade do produto. A criação do sistema de áreas verdes, a classificação das tipologias e os conceitos adotados foram inovadores, incorporados em outros instrumentos municipais, como o *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado* (1971) e a *Política para o Verde na Cidade de São Paulo* (1974), cujo modelo persistiu até o século XXI, quando foi substituído pelo Plano Diretor Estratégico de 2002.

O objetivo deste artigo é analisar as contribuições propositivas do Plano de Melhoramentos para as Áreas Verdes e de Recreação de São Paulo, coordenado entre 1967 e 1969 pelas arquitetas paisagistas Rosa Grena Kliass e Miranda Martinelli Magnoli, a partir das dimensões de recreação pública, preservação ambiental e planejamento territorial, frente ao debate atual, que privilegia a integração do uso público e a preservação ambiental nas áreas verdes.

A análise deste estudo se fundamenta em duas bases metodológicas complementares: leitura, sistematização e articulação de textos originais produzidos pelas arquitetas, pela municipalidade e por pesquisas acadêmicas sobre o plano; análise dos elementos projetuais contidos nas pranchas originais, que revelam aspectos técnicos da prática profissional. O relato organiza-se em quatro etapas: contextualização histórica e teórica da produção do

plano; exposição do objeto de análise a partir do acervo técnico; análise dos pressupostos conceituais que subsidiam as decisões projetuais; e, por fim, considerações sobre os resultados da pesquisa.

CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL DO PLANO DE 1969

É a partir do século XIX que se consolida a atuação do paisagismo no planejamento urbano. Embora já existissem jardins em escala monumental antes disso, a experiência de Jean-Charles Adolphe Alphand no Plano parisiense de Haussmann (1853-1870)³ e, sobretudo, a atuação de Frederick Law Olmsted nos Estados Unidos consolidam o planejamento de áreas verdes como interesse das cidades modernas. Olmsted se destaca por sua atuação profissional – integrando a equipe vencedora do concurso do *Central Park* (1858), em Nova Iorque, e liderando projetos de repercussão como o *Emerald Necklace* (1878-1895)⁴, em Boston – e por articular a formação da profissão de *landscape architect* (Panzini, 2013). Ao cunhar o termo arquitetura da paisagem, afirma-se um profissional capaz de integrar o planejamento da paisagem às grandes escalas urbanas. A partir de então, jardins e parques públicos em cidades europeias e estadunidenses passam a ter funções além do ócio e contemplação, como recreação pública, contato com estruturas naturais, incentivo ao cultivo de plantas, atenuação da urbanização intensa, melhoria climática e redução de poluentes. Esses espaços também funcionam como estratégia de valorização imobiliária, atraindo moradores e valorizando terrenos próximos (Panzini, 2013).

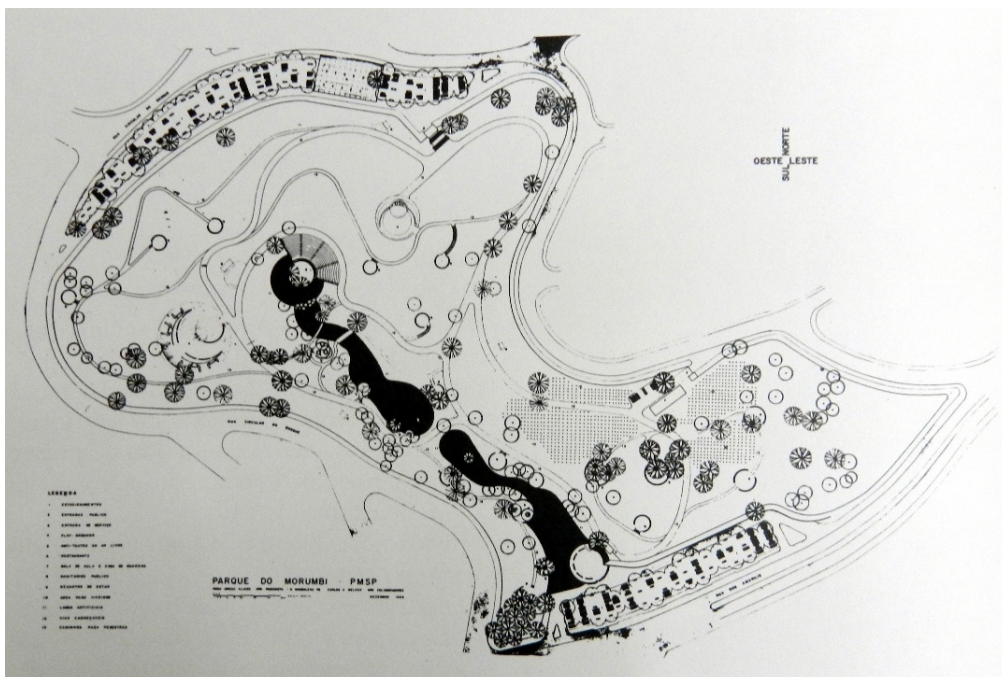
Em São Paulo, tais interesses se manifestam no fim do século XIX, impulsionados pela industrialização e pela economia cafeeira. O Jardim da Luz, criado em 1825 como horto botânico, é remodelado para uso público no último quartel do século XIX. Praças centrais, como a antiga “Praça dos Curros”, transformam-se na Praça da República (1901). Em 1918, inaugura-se um jardim público ao estilo inglês no Vale do Anhangabaú; em 1922, cria-se o Parque da Várzea do Carmo, inspirado em parques londrinos. Novos loteamentos também implantam jardins públicos, destacando-se o Parque da Avenida (1892), hoje Trianon-Masp, e o Parque Buenos Aires (1916) em Higienópolis (Kliass, 1993).

Dentre as características dessa produção inicial, destaca-se a participação de arquitetos paisagistas estrangeiros, alinhados ao estilo inglês e às iniciativas de reformulação urbana de Paris na criação de jardins públicos. Destaca-se o francês Joseph Antonie Bouvard que, em 1911, desenvolveu um plano para a área central da cidade, incluindo novos parques, liderando a equipe do projeto executivo do Parque do Anhangabaú e criando a primeira versão do Parque Várzea do Carmo. O projeto final deste foi reformulado por outro francês, o E. F. Cochet, que incorporou elementos ainda mais próximos dos estilos de Londres e Paris. Paul Villon, que trabalhou com Alphand em Paris e sucedeu Glaziou no Rio de Janeiro, também contribuiu em São Paulo, responsável pela criação do Parque da Avenida, na recém-inaugurada avenida Paulista. Ainda início do século XX o inglês Barry Parker também projeta loteamentos de bairros-jardins e reformulou o Parque Trianon. Até meados do século XX, observa-se forte presença de arquitetos estrangeiros, interessados em reproduzir estilos e a relação do verde com a cidade desenvolvida nas capitais europeias (Dourado, 2011).

O primeiro paisagista brasileiro de renome internacional foi Roberto Burle Marx, iniciando sua trajetória na década de 1930, atuando em São Paulo em espaços privados e contribuindo para o projeto não implantado do Parque Ibirapuera, na década de 1950. Destaca-se também Mina Klabin, precursora na valorização das plantas nativas, atuando em jardins privados das primeiras casas modernas. Rosa Kliass, ao projetar o Parque do

Morumbi (atual Parque Alfredo Volpi) em 1966, tornou-se a primeira arquiteta paisagista brasileira a criar um parque municipal de grande dimensão em São Paulo. Ao elaborar o Plano de 1969 com Miranda Magnoli e equipe, constitui-se no primeiro instrumento de planejamento de áreas verdes desenvolvido por arquitetas nacionais para a cidade. Em 1968, com a consolidação de um departamento municipal específico, a concepção e implantação de praças e parques passam a ser responsabilidade de uma equipe de funcionários públicos, alterando doravante o processo de projetos de áreas verdes na capital.

Figura 1: Implantação do Parque do Morumbi, de 1966



Fonte: SVMA/DIPO, 1966.

A primeira vez que se estabeleceu um instrumento urbanístico com força de lei para instituir o sistema de áreas verdes da cidade foi com o *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado* (PDDI), em 1971. Influenciado pelo Plano de 1969 de Rosa e Miranda, o PDDI define categorias de áreas verdes a serem criadas e geridas pela municipalidade. Esse modelo perdurou nas revisões subsequentes do plano diretor, com alterações significativas apenas em 2002, com o *Plano Diretor Estratégico* (PDE), que criou um segundo modelo, ampliado em 2014 com o SAPAVEL – sistema de áreas protegidas, verdes e espaços livres. Apesar de algumas alterações, os princípios de criação das áreas verdes municipais permaneceram. Observam-se, portanto, dois modelos vigentes com propostas conceituais distintas.

O modelo de 1971, inspirado no Plano de 1969, estabelecia duas funções principais para as áreas verdes: arborização e lazer público (Casimiro, 2022). Buscava-se incrementar a relação total de área verde por habitante (supostamente 12 m²)⁵ considerando todo o território municipal, e criar opções de recreação como modo de formação da cidadania. Critérios de classificação e tipologia eram definidos pela função e pelo programa de lazer, com atenção à arborização, priorizando espécies nativas e aspectos paisagísticos que garantissem conforto aos usuários.

Já o modelo de 2002 altera significativamente essa perspectiva, atribuindo às áreas verdes urbanas a função vinculada à ecologia. Os motivos que levariam à criação das áreas verdes e os critérios de classificação das tipologias agora seriam embasados por funções ambientais de preservação de vegetação e dos córregos, mantendo a sua função de lazer público, mas dando menor importância aos aspectos recreacionais. Não se exclui essa dimensão, mas, em algumas tipologias, relativiza-se o uso público, e na maioria delas, ele é condicionado à preservação de áreas de fragilidade ecológica. Agora ancorado na legislação ambiental, os parques têm sua função prioritária orientada para a preservação de entes naturais, com a criação de recreação pública em trechos que não configuram uma deterioração do ecossistema. Esse modelo permanece vigente até os dias atuais.

Os dois modelos aqui explicados são passíveis de críticas. Há ganhos e perdas nas duas perspectivas, mas a segunda excluiu as qualidades presentes no primeiro modelo. A adoção mais contundente de elementos ambientais no planejamento é um ganho para os cidadãos, não sendo isso objeto de crítica. Contudo, a dimensão do uso público não deixa de ser uma realidade a ser contemplada nos projetos paisagísticos e a sua exclusão, ou ao menos diminuição dessa dimensão, enfraquece os impactos sociais e urbanos dos instrumentos de planejamento. Os espaços de caráter público ainda são construídos a partir dos interesses de lazer, sendo essa uma demanda ainda desejada por cidadãos. Um dos maiores desafios da prática de planejamento e projeto para as áreas verdes é propor modos possíveis de articulação das ações de preservação com as de uso público.

Nesse contexto, o estudo do Plano de 1969 tem duplo significado: primeiro, contribui para a construção de conhecimento sobre sua produção inovadora como instrumento de planejamento; segundo, permite compreender seus conceitos e pressupostos, principalmente na provisão de lazer público, questão pertinente para pensar as áreas verdes contemporâneas. A perspectiva ambiental deve ser integrada às demandas de recreação, garantindo soluções sustentáveis, eficientes e diversificadas. O Plano de 1969 oferece estratégias que podem ser revisadas e ampliadas, como pode ser observado na sistematização das funções predominantes de lazer e da preservação a partir das diferentes tipologias do sistema.

OBJETO DE ANÁLISE: O PLANO DE 1969

A criação do Plano de 1969 foi liderada por duas arquitetas paisagistas que se tornariam referências no cenário nacional. Ambas estudaram na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), turma de 1955, sendo duas das três mulheres entre 28 formandos. Iniciaram suas carreiras imediatamente após a graduação, tendo como referência comum o professor californiano Roberto de Coelho Cardozo, convidado a lecionar na FAU-USP para fundar a disciplina de paisagismo (Tamari, 2017). Rosa e Miranda foram as primeiras estudantes a ter contato com disciplinas eletivas da área e, 12 anos após formadas, tornaram-se responsáveis pelo plano. Rosa já havia realizado um plano em 1967 para Curitiba e, posteriormente, diversos projetos nessa escala para outras cidades. Miranda, com experiência em projetos de praças e levantamentos urbanísticos pelo SAGMACS (1958), consolidou-se no meio acadêmico após se tornar professora e pesquisadora em 1971.

Após a experiência no projeto para o Parque do Morumbi, Rosa foi convidada pelo chefe da Divisão “Parques, Jardins e Cemitérios”, Rubens Martinelli Facchini, para desenvolver projetos de praças públicas. O levantamento e o plano geral surgiram como adendo ao

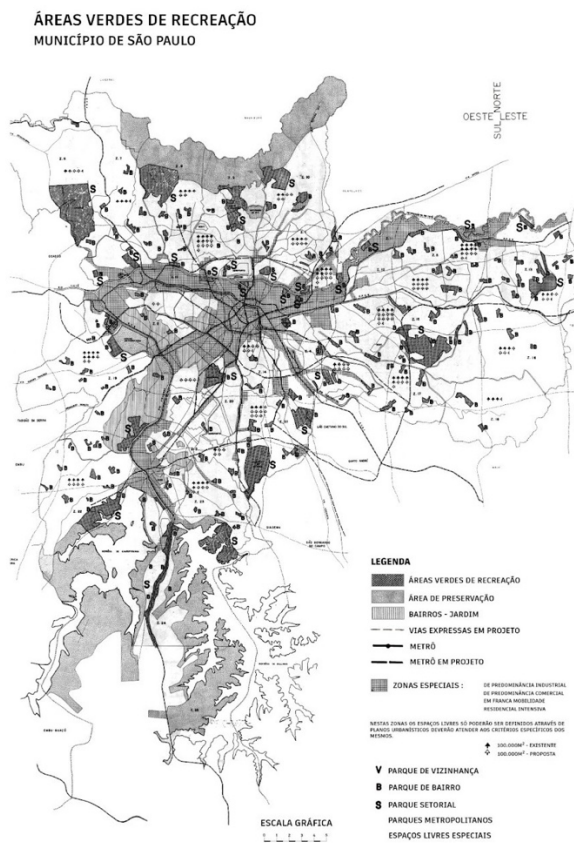
contrato das praças, permitindo a criação de áreas verdes para futura implementação, pois a aprovação de um instrumento de planejamento dependia da execução de obras públicas (Costa; Gorski, 2019). Em conjunto com Miranda, formulou-se o escopo do serviço, prevendo a entrega de um relatório em seis meses e a possibilidade de 18 meses adicionais de trabalho, totalizando 24 meses. Há registros de que todo o escopo foi cumprido (Kliass; Magnoli, 1969b), e o resultado chegou a ser enviado à Câmara dos Vereadores para transformação em plano setorial, sem ser aprovado (Bartalini, 1999).

O plano perseguia dois objetivos principais. Primeiro, criar um inventário dos espaços livres existentes em 1969, evidenciando o potencial de novas áreas verdes, inclusive em setores urbanos carentes de praças e parques, aumentando a relação de área verde por habitante, indicador relevante na época. Segundo, subsidiar a ação do poder público, oferecendo estratégias que otimizassem investimentos e ampliassem o alcance, priorizando áreas de maior densidade populacional.

Seis etapas metodológicas constituíram o plano (Kliass et al., 1969a; Zein & Kliass, 2006; Costa & Gorski, 2019; Casimiro, 2022): a) organização cartográfica a partir da planta de arruamento; b) levantamento bibliográfico de estratégias de planejamento, com destaque a *Verde per le Città*, de Vittoria Calzolari e Mario Ghio (1961 apud in Kliass, 1967); c) levantamento de campo com visitas in loco; d) análise de pesquisa socioeconômica encomendada ao CEMACO; e) criação de um sistema de categorização de tipologias; f) síntese das informações com dados de equipamentos públicos, definindo prioridades de ação por setor. O processo resultou em dois produtos: um relatório em A4 com informações escritas e um conjunto de pranchas técnicas em A0, incluindo um mapa geral do município com os principais parques e 25 pranchas setoriais detalhando parques e praças menores, permitindo a visualização e o planejamento integrado de áreas verdes em toda a cidade.

A organização de todo o sistema se dá a partir da criação de quatro diferentes classificações de tipologias: os parques de vizinhança, de bairro, setorial e metropolitano. Essas categorias eram definidas pela sobreposição de três critérios: a) raio de abrangência (ou de influência) da população do seu entorno; b) dimensão do espaço que poderia variar conforme as estruturas naturais existentes, como o relevo; c) programa de uso a ser ofertado em cada caso. Com isso, ao se definir a tipologia, estariam atrelados a distribuição no território, a dimensão do espaço e a função recreativa da área. O sistema seria composto, portanto, de uma rede integrada de tipologias, que deveriam cobrir todo o território urbanizado, provendo espaços de lazer e recreação para toda a população municipal.

Figura 2: Implantação geral do município (tratado pelos autores)



Fonte: SVMA/DIPO, 1969

Figura 3: Foto original que exemplifica um dos 25 setores desenvolvidos para todo o município.



Fonte: SVMA/DIPO, 1969

Com referência ao material técnico analisado, Casimiro (2022) observa algumas características da distribuição dos parques que merecem menção. Identifica-se uma lógica de distribuição das áreas verdes no território: os de vizinhança eram pulverizados nas áreas mais livres existentes de menor dimensão; os de bairro eram colocados próximos a algum parque de vizinhança para potencializar o uso; e os setoriais e metropolitanos foram grafados em sua maioria em grandes áreas verdes já existentes, havendo pouca indicação de novas áreas. Soma-se a isso a constatação de que 56% dos 25 setores do plano não tinham sequer um parque de vizinhança, com maior concentração na periferia com ausência desse tipo de equipamento, enquanto 36% dos setores não tinham parques de bairro, e muitas áreas centrais eram desprovidas de maiores maciços preservados. A inovação da proposta está na criação da rede dos espaços de menor dimensão e na equalização da distribuição dos parques de maior e menor dimensão entre os 25 setores, criando maiores áreas a serem preservadas em setores centrais e de menor dimensão nas áreas periféricas. Essa decisão é contrária a lógica mais comum do planejamento paulistano que preserva de áreas vegetadas nas majoritariamente nas periferias, garantindo áreas verdes em áreas centrais onde há mais disputas por terras pelo mercado imobiliário, ao mesmo tempo que garante áreas pontuais públicas nos bairros periféricos, onde haveria mais disponibilidade e proximidade da população com matrizes vegetadas ainda preservadas, mesmo atualmente.

Casimiro (2022) também indica que o documento estabelece critérios de priorização da ação do poder público na viabilização do plano, contendo quatro questões a serem consideradas: a) priorizar a criação dos parques de vizinhança, seguidos pelos parques de bairro; b) privilegiar setores de baixa renda para as ações, uma vez que se verificou que havia equipamentos de recreação e lazer privados nos bairros de alta renda; c) escolher setores em territórios periféricos, pois havia mais concentração de áreas livres disponíveis e maior demanda dos equipamentos; d) agir em áreas que já eram públicas (77% das 3.260 áreas levantadas no plano), para depois seguir para as desapropriadas, mesmo que elas fossem mais difíceis de ação decorrente da topografia acidentada, geometria irregular e má distribuição. Cabe reiterar essa postura da equipe das arquitetas paisagistas, pois a criação desse plano esteve bastante comprometida com a viabilização da implantação desses parques de vizinhança, oferecendo recomendações estratégicas para a ação municipal.

Pode-se destacar ainda três repercussões do desenvolvimento desse plano para as ações da municipalidade a partir da década seguinte. Primeiro, observa-se a incorporação da temática do sistema de áreas verdes como um setor a ser considerado pelos instrumentos de planejamento municipal. O primeiro plano diretor municipal aprovado, o PDDI de 1971, apesar de sucinto para diversas temáticas, dedica nove artigos, do 41 ao 49, para descrever e dar diretrizes para a criação do sistema de áreas verdes. Em 1974, a municipalidade também formulou um documento de orientação para a criação do sistema de áreas verdes, "A Política do Verde para a Cidade de São Paulo", com a adoção de vários princípios do plano de 1969. Em segundo lugar, embora o plano geral não tenha sido integralmente implementado, várias das áreas projetadas pela equipe foram executadas e saíram do papel. Além disso, Casimiro (2022) contabiliza que 65% dos 20 parques criados pela municipalidade até 1993 constavam no plano de 1969, o que surpreende, uma vez muitas áreas verdes são criadas em terrenos decorrentes de oportunidades de gestão, de difícil previsão em instrumentos de planejamento. Em terceiro lugar, destaca-se que o plano foi produzido dentro das instalações do departamento municipal, no mesmo momento em que se formava uma equipe de arquitetos específicos para a criação de praças e parques, o Departamento de Parques e Áreas Verdes, criado em 1968. A equipe interna municipal acompanhou e deu prosseguimento à qualidade dos projetos de praças criados a partir do plano de 1969.

A formulação do Plano de Melhoramentos para as Áreas Verdes e de Recreação deve ser considerada um marco no planejamento municipal ao tratar especificamente da criação do sistema de áreas verdes. Além do inventário, estabelece um método de trabalho que associa o paisagismo à escala urbana, propondo um método de classificação de tipologias de áreas verdes em um sistema, bem como critérios para orientar o poder público em sua viabilização. Até hoje, os pressupostos conceituais previstos nesse plano permanecem relevantes como pontos a se levar em conta no planejamento das áreas verdes. Os desafios são, portanto, de avaliação da pertinência desse pensamento frente aos pressupostos contemporâneos, sobretudo na sobreposição das motivações ambientais com às demandas de uso lazer público.

ANÁLISE DE ELEMENTOS PROPOSITIVOS DO PLANO DE 1969

Uma vez descritos os elementos históricos e conceituais que foram registrados nos documentos acerca do plano de 1969, o interesse de prosseguimento do estudo se volta à análise dos componentes de sua concepção. Destacam-se aqui três elementos que auxiliam na compreensão da pertinência desse plano para o planejamento contemporâneo das áreas verdes.

Primeiro, a relevância dada à **função da recreação pública** para a estruturação do sistema de áreas verdes da cidade. O lazer é algo que integra às motivações de criação do sistema das áreas verdes desde as suas primeiras iniciativas europeias e estadunidenses importadas para contexto paulistano. A forma de prover a recreação, altera-se no decorrer de cada momento histórico, mas a provisão de alguma forma de lazer é algo inerente a criação de parques e praças (Casimiro, 2020). O que se nota no processo histórico são as diferentes ênfases dado ao lazer perante demais usos possíveis desse sistema e da própria escolha do tipo de equipamento a ser criado. Especificamente no caso do plano estudado, verifica-se que a recreação pública foi o item tido com maior relevância, inclusive orientando a organização e hierarquização das tipologias do sistema. Mas também se dava prioridade aos lazeres ativos, voltados a diferentes faixas etárias (crianças, jovens e adultos) a ser definido pela dimensão e área de abrangência, priorizando as crianças para os espaços menores e de vizinhança, jovens para as áreas de bairro e que demandam o deslocamento um pouco maior, e os adultos para as maiores áreas setoriais e metropolitanas. Os usos recreativos das áreas verdes eram orientados pela sobreposição de vários critérios, como dimensão total do terreno e raio de abrangência da população do entorno imediato.

A forma de se pensar o ócio e as atividades de lazer são desafios a serem considerados na criação das áreas verdes. Atualmente, predomina a perspectiva preservacionista que incentiva que a postura de proteção de entes naturais é garantida por meio do afastamento do ser humano da natureza. Tal medida se contrapõe aos interesses de uso público, costumeiramente exigidos pela implantação de equipamentos de lazer ativo, como os de práticas esportivas, que demandam grandes áreas e infraestruturas. O Plano de 1969 estabelece uma hierarquia de lazer de acordo com a dimensão e área de abrangência de seus espaços, podendo ser uma referência também para se compor formas além do lazer ativo, com estratégias mais conciliatórias entre o uso público e a preservação. Nesse sentido, Han (2023) indica que o ócio e a contemplação são elementos fundantes para gerar a preservação, defendendo ainda a relevância do contato com a natureza por uma população que vive cansada pela cobrança do desempenho. Pensar em estratégias que criem formas de lazer a partir de inatividades, e não apenas atividades, pode ser uma estratégia de melhor compor a convivência entre o lazer público e os entes naturais mais ecologicamente frágeis.

Tal como ocorre no plano de 1969, a distribuição das atividades e inatividades poderia variar de acordo com a dimensão e tipologia da área verde, adaptando usos para diferentes contextos de criação de novos parques.

Em segundo lugar, pode-se observar o **interesse em preservar entes naturais**, de acordo com premissas de sua época, ainda motivado exclusivamente por benefícios a serem gerados para os seres humanos. No caso específico do Plano de 1969, prioriza-se o provimento das áreas verdes (perante demais espaços livres), enfoca-se no porte arbóreo (menos em porte arbustivo ou forração), e há interesse no plantio de espécies nativas (as exóticas, sobretudo arbóreas, são preteridas pelas autóctones). No fim da década de 1960, a criação das áreas verdes era um parâmetro perseguido em predileção aos demais espaços livres, sobretudo pelo discurso dos benefícios das árvores para a população. Já havia o discurso de preservação e priorização de espécies nativas, porém a motivação dessa preservação ainda é voltada para se gerar benefícios pela atenuação dos fatores da urbanização e visar qualidade de vida para a população. Nota-se que a vegetação tem predileção como ente a ser preservado, enquanto as estruturas hídricas ainda não eram citadas como um valor para a preservação, movimento que se inicia apenas na década de 1990 (Casimiro, 2022). O que se observa é que se perseguia uma meta de quantidade de área verde para o município, mas o seu provimento era desejado em associação ao lazer, condicionado pelas características naturais e geométricas do terreno. Esses interesses de preservação não tinham em sua premissa a separação entre os entes preservados e os seres humanos, embora prevaleça uma abordagem bem utilitarista sobre os interesses que motivavam essa preservação.

Atualmente a noção sobre as relações ecológicas e a perspectiva de preservação da biodiversidade tem avançado, graças à evolução de pesquisas científicas sobre a ecologia. Isso tem também transformado a forma de pensar os ambientes naturais dentro dos perímetros urbanos, alterando significativamente a relação do ser humano com a natureza nos instrumentos de planejamento das cidades (Mancuso, 2026). Circunscrito ao conhecimento dominante na década de 1960, o plano em estudo adota medidas de preservação da vegetação que predominaram durante décadas no contexto paulistano. Da mesma forma, há de se incorporar contemporaneamente no planejamento perspectivas contemporâneas como a defesa de projetos multiespécies (Tsing, 2022), ou seja, de adoção de estruturas naturais nos projetos paisagísticos que não atendam as demandas humanas, mas que possam favorecer as várias relações das espécies não-humanas da biodiversidade. Essa visão já é uma superação de entender o verde apenas como uma infraestrutura para atender as demandas humanas - de redução de calor ou redução de enchentes, por exemplo - e passar a ter um olhar mais amplo sobre os vínculos ecossistêmicos que os entes naturais exercem entre si e também com os humanos. Necessário articular novas medidas de preservação nas áreas verdes, que permitam o convívio entre as espécies humanas entre si e com demais entes da natureza, reconhecendo os valores de todos os seres envolvidos, conforme conceitos e provocações realizadas pelas obras de Mancuso (2026) e Tsing (2022).

Em terceiro lugar, nota-se o interesse em **associar a criação de áreas verdes à parâmetros concretos de planejamento**, com referência a dados de densidade para estabelecer diretrizes de localização das áreas verdes, como de projeto e obra, com adoção de critérios que pudessem viabilizar a implantação com menores custos. A estrutura que leva a localização e a posição das áreas verdes no território urbano eram pensadas pelas características do bairro, orientado por critérios de quantidade de habitantes e raios de abrangência, com referência explícita aos conceitos de unidade de vizinhança (CASIMIRO, 2022). Há também

critérios de priorização de início da atuação do poder público, bem como menção a quais hierarquias deveriam ser priorizadas para ação municipal. Iniciativas essas que estavam engajadas em associar uma relação evidente da política setorial das áreas verdes com demais infraestruturas e interesses do planejamento urbano, criando inclusive parâmetros e orientações sobre como deveria ser a atuação do poder público. Há o interesse em colocar a agenda das áreas verdes em igual condição às perspectivas de planejamento mais tradicional, inclusive vinculando-as às demandas de secretarias de esporte, cultura, educação e habitação.

Essa intenção do plano de 1969 ainda é uma questão negligenciada na produção de alguns planos contemporâneos em diversas frentes de planejamento que atingem o sistema de espaços livres, e as áreas verdes em particular. Nota-se que há por um lado a adoção de um discurso verde, ou a de favorecimento de minorias como as crianças ou as mulheres como uma referência para a criação dos espaços livres. Mesmo entendendo a relevância da adoção dessas pautas, muito da produção dessas áreas está vinculada ainda na predominância do campo discursivo trazendo poucas referências para efetivar o planejamento ou o projeto dos espaços livres. Pior ainda, poucos produtos de manuais urbanísticos, planos de bairro, planos setoriais e projetos urbanos estão efetivamente comprometidos com as peculiaridades da lógica de ação do poder público quanto a escolha de materialidades, diversidade de itens passíveis de contratação pela esfera pública e durabilidade mesmo em meio a uso intenso da população. Criam diretrizes projetuais com pouca viabilidade de serem executadas e sem compreender as peculiaridades e potencial da esfera pública na criação dos espaços livres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de 1969 foi um instrumento de planejamento singular dentro da história de produção pública das áreas verdes por diversas razões aqui descritas: por ter sido construído por arquitetas brasileiras em uma primeira iniciativa na escala do planejamento urbano municipal; por ser uma primeira ação pública de uma política setorial para construir um olhar do paisagismo para a escala urbana; e por estabelecer conceitos para o sistema, critérios de classificação de hierarquias de áreas verdes e diretrizes de articulação entre o plano e o projeto por meio do lazer público, que foram inovadores para o seu período de execução. Para além de representar o pensamento de um momento histórico da cidade, também pode-se reconhecer a possibilidade desses pressupostos ainda fomentar novas perspectivas acerca do planejamento contemporâneo, sobretudo: no resgate e da ressignificação do que seria o lazer e o ócio no momento atual na produção das áreas verdes; na construção de uma visão mais integrada entre uso público e preservação, incitando modos de atuação com uma visão menos separatista e mais plural no sentido da preservação ambiental; e salientando a importância de reconhecer as singularidades de um projeto público, buscando medidas que viabilizem a execução nas instâncias financeiras e de atuação do poder público municipal.

Ainda pode-se abrir a partir do Plano de 1969 para outras dimensões de pesquisa que não foram tratadas nesse texto: como a superação da perspectiva do planejamento voltado aos aspectos quantitativos do provimento das áreas verdes, criando mais debates acerca da sua localização e distribuição em território urbano; o debate sobre o funcionalismo atribuído ao sistema das áreas verdes, com o domínio de sua criação apenas pelo seu viés programático; ou ainda sobre outras formas de planejamento das áreas verdes mais integradas a outras

políticas setoriais ou em aspectos mais inovadores de articulação entre uso público e preservação ambiental. É possível ainda observar que mesmo pertencente a um pensamento de um momento histórico, o estudo de documentos que integram o patrimônio histórico paulistano pode dar luz a debates contemporâneos pertinentes ao prosseguimento do estudo dessa linha de pesquisa e de atuação do poder público. Reitera-se assim a importância da conservação da documentação pública e da qualidade do acesso a ela, para que novas pesquisas acadêmicas continuem a compor o repertório de nossa produção e seus impactos na continuidade das atividades contemporâneas dos arquitetos, urbanistas e paisagistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTALINI, Vladimir. *Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CASIMIRO, Matheus de V. *A natureza na cidade: uma abordagem crítica ao paradigma ecológico no planejamento do sistema de áreas verdes paulistano*. 2022. Dissertação (ou tese, se for o caso) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.

CASIMIRO, Matheus de V. *Os parques públicos paulistanos: a invenção e reinvenção dos casos municipais*. São Paulo: Appris, 2020.

CAVALHEIRO, Felisberto; DEL PICCHIA, Paulo Celso D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1, 1992, Vitória, 1992. p. 19–38. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19500059-Areas-verdes-conceitos-objetivos-e-diretrizes-para-o-planejamento.html>. Acesso em: abr. 2026.

CHADWICK, George F. *The park and the town*. Michigan: Architectural Press, 1966.

COSTA, Lúcia Maria S. A.; GORSKI, Maria Cecília B. *O livro da Rosa: vivência e paisagens*. São Paulo: Romano Guerra, 2019.

DOURADO, Guilherme Mazza. *Belle époque dos jardins*. São Paulo: Senac, 2011.

HAN, Byung-Chul. *Vita contemplativa: ou sobre a inatividade*. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2023.

KLIASS, Rosa G. *A evolução dos parques urbanos na cidade de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.

KLIASS, Rosa G. *Levantamentos: características urbanas de 5 zonas de aproximadamente 25 km²*. São Paulo: PMSP, 1967.

KLIASS, Rosa G.; MAGNOLI, Miranda M. *Áreas verdes de recreação*. São Paulo: PMSP, 1969b.

KLIASS, Rosa G.; MAGNOLI, Miranda M. *Áreas verdes de recreação*. Revista Acrópole, n. 361, p. 34–38, 1969a. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/361/36>. Acesso em: jul. 2022.

MANCUSO, Stefano. *Fitópolis*. São Paulo: Ubu, 2026.

PANZINI, Franco. *Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea*. São Paulo: Senac, 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 7.688, de 30 de dezembro de 1971. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo (PDDI-SP). São Paulo: Câmara Municipal, 1971. Disponível em: <https://bit.ly/2keyzXm>. Acesso em: jan. 2020.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002. Plano diretor estratégico do Município de São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf. Acesso em: jan. 2020.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Plano diretor estratégico do Município de São Paulo: texto da lei ilustrado. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Yh7Pn8>. Acesso em: jan. 2020.

SÃO PAULO (Município). Política do Verde para a Cidade de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Serviços Municipais, 1974.

TAMARI, Gabriela Tie Nagoya. *Modernidade paulistana: o paisagismo de Roberto Coelho Cardozo*. 2017. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/D.16.2018.tde-26062017-124536. Acesso em: 16 jan. 2026.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. Tradução de Jorge Menna Barreto; Yudi Rafael. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

ZEIN, Ruth Verde Zein; KLIASS, Rosa G. *Rosa Kliass: desenhando paisagens, moldando uma profissão*. São Paulo: Senac, 2006.

NOTAS

¹ Dentre todo esse conjunto, destaca-se aqui alguns casos mais emblemáticos dos projetos produzidos por essa equipe como a Cel. Custódio Fernandes Pinheiro (conhecida como Pôr-do-sol); Jardim das Bandeiras (atualmente Horácio Sabino); Diogo do Amaral e Benedito Calixto (Kliass, 1967).

² Foi premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP), de acordo com a divulgação da Revista Acrópole (disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/360/15>. Acessado em 21.jan.2026 e disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/361/34>. Acessado em 21.jan.2026).

³ A experiência de Paris consolida a criação de um sistema de áreas verdes na reforma urbana, em que parques e praças passariam a ser articulados a partir de tipologias, e trazendo a responsabilidade de seu planejamento,

criação e implantação para o poder público. É a partir daqui que se consagra a associação do verde ao ambiente urbano (Chadwick, 1966).

⁴ O “Emerald Necklace” foi a iniciativa da criação de um sistema de parques públicos, que articulou áreas já implantadas a novas propostas, atrelando a perspectiva de saneamento e drenagem às áreas verdes, para além das tradicionais funções de fruição paisagística ou recreação pública. (Chadwick, 1966).

⁵ A Organização Mundial de Saúde (OMS/ONU) divulgou na década de 1960 o índice de 12 m² de área verde por habitante como uma métrica ideal a ser alcançada em políticas públicas para gerar cidades com qualidade de vida aos seus habitantes. Esse índice foi utilizado em diversas políticas mundialmente, contudo, não há registros de fundamentação técnica que ancoram essa métrica sequer pelas fontes que a divulgaram (Cavalheiro e Del Picchia, 1992), e não há comprovações de sua efetividade.